ANÁLISE DO SEGURO RURAL, FUNDOS MÚTUOS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCO NO MERCADO DE CRÉDITO RURAL BRASILEIRO

Gabriela Corrêa[1]
Jéssica Tavares[2]
Manoela Tombesi[3]
Pedro Luiz Fernandes[4]

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda os desafios enfrentados pelo agronegócio brasileiro, que contribui com cerca de 21% do PIB nacional, enfrenta desafios significativos, especialmente para pequenos e médios produtores, que representam 77% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). Esses produtores lidam com baixa produtividade, dificuldade de acesso ao crédito e vulnerabilidade a eventos climáticos. Esses obstáculos são agravados pela assimetria de informações entre credores e tomadores de crédito, dificultando a avaliação de riscos e a concessão de financiamentos em condições adequadas. O objetivo do estudo é compreender o papel do seguro rural, dos fundos mútuos e da educação financeira como estratégias de gestão de risco no mercado de crédito rural brasileiro. Essas práticas visam não apenas a redução de riscos, mas também a construção de um ambiente de crédito mais transparente e equitativo. A metodologia utilizada baseia-se em revisão de literatura acadêmica, explorando estratégias que promovam maior resiliência financeira. O estudo destaca que o seguro rural oferece proteção contra perdas climáticas, os fundos mútuos possibilitam a partilha coletiva de riscos e a educação financeira capacita os produtores na gestão eficiente de seus recursos, reduzindo a inadimplência e fortalecendo sua relação com instituições financeiras. Assim, o trabalho conclui que a implementação de práticas de gestão de risco pelos produtores, aliada ao suporte de políticas públicas, é essencial para equilibrar as informações no mercado de crédito rural e fortalecer a competitividade

1 Aluna do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: gabriela.correa@mail.fae.edu

2 Aluna do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: jessica.tavares@mail.fae.edu

3 Aluna do Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. *E-mail*: manoela.tombesi@mail.fae.edu

4 Professor orientador. Professor de Relações Internacionais da FAE Centro Universitário. *E-mail*: pedro.fernandes@fae.edu

do agronegócio. Promover a transparência informacional e facilitar o acesso ao crédito em condições justas são ações fundamentais para construir um sistema de crédito rural mais equitativo e resiliente, impulsionando o crescimento sustentável do agronegócio brasileiro e assegurando sua posição competitiva no cenário global.

Palavras-chave: Crédito Rural. Gestão de Risco. Seguro rural. Fundos mútuos. Educação financeira.

INTRODUÇÃO

Segundo o MAPA (2023), o Brasil ocupa uma posição de destaque global no agronegócio, consolidando-se como o terceiro maior fornecedor mundial. Esse protagonismo é sustentado por condições naturais favoráveis, como terras férteis, clima tropical e abundância de matérias-primas, além de o setor rural ser uma das principais fontes de emprego e um pilar essencial da economia nacional, com um PIB de R$2,45 trilhões em 2024, segundo o Cepea (2024). Contudo, o aumento da competitividade e a expansão global do agronegócio enfrentam uma limitação crítica: a dificuldade de acesso ao crédito, especialmente para pequenos e médios produtores. Essa dependência dos pequenos produtores em relação ao crédito rural é mais frequente, sendo uma das únicas alternativas para financiar insumos e infraestrutura necessários à produção (Souza; Herschmann; Assunção, 2020). A Fundação Getúlio Vargas (1998) já indicava a escassez de crédito como uma barreira significativa para o crescimento dos agricultores brasileiros.

O acesso ao crédito rural é influenciado por múltiplos fatores, como educação, assistência técnica, infraestrutura e disponibilidade de financiamento, que precisam ser trabalhados de forma integrada para promover o desenvolvimento do setor. Além disso, o ciclo de capital mais lento na produção agrícola, em comparação com outras atividades econômicas, reforça a dependência do setor agropecuário em relação ao crédito rural (Santiago; Silva, 1999). Essa dependência, associada à diversidade dos produtores – que vão de pequenos agricultores a grandes empresários – torna o crédito rural um desafio constante, tanto em termos de transparência quanto de sustentabilidade financeira.

A assimetria de informação dificulta o crédito rural ao limitar a avaliação de riscos, mesmo para produtores adimplentes. Este estudo analisa o papel do seguro rural, dos fundos mútuos e da educação financeira como estratégias de mitigação da assimetria, com base na classificação da OECD (2009) de riscos agrícolas: normais, negociáveis e catastróficos.

No contexto econômico e social do agronegócio nacional, a relevância deste estudo é destacada pela necessidade de políticas e estratégias que promovam a competitividade global do setor. De acordo com o Ipea (2024), o acesso restrito ao crédito é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, comprometendo sua capacidade de investimento. A assimetria de informações, ao elevar o risco percebido pelos credores, impacta negativamente a sustentabilidade do sistema financeiro. Assim, a gestão de risco emerge como uma ferramenta essencial para equilibrar o acesso à informação e aprimorar as condições de crédito.

Ao propor práticas como o uso de seguros agrícolas, a formação de fundos mútuos e o estímulo à educação financeira, por meio de uma revisão literária, este estudo busca

contribuir para a redução da assimetria de informações e para a criação de um sistema de crédito mais eficiente e transparente. Essas estratégias podem fortalecer a sustentabilidade financeira dos produtores e fomentar um crescimento rural competitivo e responsável, assegurando a posição de destaque do agronegócio brasileiro no mercado global.

1 ESTRUTURAS DE RISCO E INFORMAÇÃO NO CRÉDITO RURAL BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

O crédito rural é um pilar essencial para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio brasileiro. Contudo, a concessão de crédito ao setor rural enfrenta obstáculos, incluindo a assimetria de informações entre credores e tomadores e os riscos inerentes ao ambiente agrícola, como flutuações climáticas e mercadológicas. Esses desafios exigem uma estrutura de gestão de risco robusta para mitigar incertezas e garantir a estabilidade financeira dos produtores. Conforme destacado por Barros e Oliveira (2018), estratégias eficazes de gestão de risco são essenciais no setor agrícola brasileiro, uma vez que possibilitam enfrentar variabilidades climáticas e mercadológicas, promovendo maior estabilidade para os produtores e melhorando o acesso ao crédito. Nesta seção, exploramos os fundamentos teóricos que embasam o crédito rural, a complexidade da assimetria informacional no setor e as principais ferramentas de gestão de risco disponíveis aos produtores, contextualizando a importância de estratégias eficazes para fortalecer o acesso ao crédito e promover um agronegócio mais resiliente.

1.1 DEFINIÇÃO DE CRÉDITO RURAL

Como comentado nesse artigo, a relevância da agropecuária para o Brasil é inegável, para essa prática se manter são necessários investimentos e financiamentos nesse setor. Para isso, é fundamental compreender o que significa crédito. Segundo Santos (2015), crédito, em finanças, é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes. Já o crédito rural, segundo o Banco Central do Brasil (2024):

> é o financiamento destinado ao segmento rural. Os produtores rurais utilizam os recursos concedidos pelas instituições financeiras nessa linha de crédito de diversas maneiras na sua propriedade. Por exemplo, podem investir em novos equipamentos e animais ou custear matéria prima para o cultivo. Podem ainda utilizar esses recursos para comercializar e industrializar a produção. São as chamadas finalidades do crédito rural.

Ambas as definições conceituam o crédito como um meio de financiamento essencial para empresas e indivíduos que carecem de capital para manter suas atividades. Conforme Cresol (2023), o crédito rural destina-se a produtores, associações e cooperativas agropecuárias, atendendo a diversas necessidades, como expansão de operações, investimentos e comercialização. Sua relevância é indiscutível para o crescimento e a sustentabilidade do setor, que desempenha papel crucial na economia brasileira, contribuindo para o aumento da eficiência produtiva e para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). As cooperativas também, ao centralizarem os interesses dos cooperados, reduzem custos e facilitam o acesso ao crédito, fortalecendo o setor agrícola.

1.2 INFORMAÇÃO ASSIMÉTRICA NO CRÉDITO RURAL

A assimetria de informação é um aspecto essencial, mas frequentemente negligenciado, nos estudos sobre mercados de crédito brasileiro. Ela envolve a disparidade de informações entre as partes em uma transação, com implicações importantes para o setor. No crédito rural, essa assimetria se manifesta principalmente em dois problemas: seleção adversa e risco moral (Stiglitz; Weiss, 1981).

A seleção adversa ocorre antes da concessão do crédito, quando os tomadores de crédito possuem mais informações sobre sua capacidade financeira do que os credores. Atraindo tomadores de maior risco, elevando a inadimplência e provocando um aumento na taxa de juros. Pequenos agricultores, frequentemente sem histórico financeiro formalizado, enfrentam ainda mais dificuldades, já que a ausência de cadastros rurais transparentes dificulta a avaliação de seu perfil de risco (Ioannidou *et al*., 2022).

Como forma de mitigar esse problema, os credores frequentemente exigem garantias como penhor agrícola ou hipotecas. Contudo, pequenos produtores não possuem ativos suficientes para oferecer como garantia, restringindo seu acesso ao crédito e aumentando a concentração de recursos em grandes propriedades (Souza; Herschmann; Assunção, 2020).

O risco moral, por sua vez, surge após a formalização do contrato de crédito, quando o tomador adota práticas que aumentam o risco do projeto sem o conhecimento do credor. No setor rural, isso inclui a utilização dos recursos para finalidades não previstas, como despesas pessoais, ou a adoção de práticas agrícolas de alto risco em busca de maior rentabilidade. A ausência de mecanismos de monitoramento eficazes agrava essa situação, dificultando o acompanhamento da aplicação dos recursos (Pavanini *et al*., 2022).

Em contextos de instabilidade econômica, como períodos de alta inflação ou crises climáticas, o risco moral torna-se ainda mais intenso. Dias, citado por Santiago e Silva (1999), observa que essas condições desfavoráveis comprometem a confiança nas relações contratuais, aumentando a percepção de risco e limitando ainda mais o acesso ao crédito.

A assimetria de informações impacta a relação entre credores e tomadores de crédito de forma diferenciada em diversas regiões do Brasil, sendo influenciada por contextos produtivos e desafios regionais. No Nordeste, onde predominam pequenos produtores de subsistência, a informalidade, a falta de infraestrutura e a baixa capacidade de oferecer garantias dificultam o acesso a financiamentos. Esses agricultores frequentemente dependem de programas governamentais, como o Pronaf, para custear suas operações básicas e mitigar riscos associados à seca prolongada e baixa produtividade agrícola.

No Centro-Oeste, predominam grandes propriedades voltadas à exportação de grãos, como soja e milho. Os desafios incluem a volatilidade dos preços internacionais e a necessidade de crédito robusto para operações de larga escala. Apesar de maior acesso a financiamentos privados, esses produtores enfrentam riscos da concentração de renda e dependência de commodities, tornando-os vulneráveis a oscilações econômicas globais.

Essas disparidades regionais mostram a importância de políticas de crédito adaptadas às realidades locais. No Nordeste, programas de microcrédito e incentivos para sistemas de irrigação podem estabilizar pequenos produtores. No Centro-Oeste, o uso de derivativos financeiros pode proteger exportadores contra variações de preços. Assim, estratégias específicas devem atender às demandas de pequenos agricultores no Nordeste e grandes exportadores no Centro-Oeste.

No mercado financeiro rural, a concessão de crédito enfrenta três desafios principais: avaliação de inadimplência (*screening*), monitoramento do tomador (*incentive*) e garantia de pagamento (*enforcement*) (Hoff; Stiglitz, 1990). Para mitigar esses riscos, os credores utilizam cláusulas contratuais e taxas de juros. No entanto, projetos mais arriscados, sujeitos a taxas de juros mais altas, apresentam maior inadimplência, o que leva os credores a manter taxas moderadas e racionar recursos, mesmo diante de alta demanda.

A priorização de grandes proprietários é outro desafio significativo no crédito rural brasileiro. Bancos frequentemente favorecem esses clientes devido aos menores custos e riscos associados, enquanto pequenos produtores enfrentam dificuldades por não possuírem garantias suficientes ou apresentarem baixa rentabilidade agrícola (Souza; Herschmann; Assunção, 2020; Pederson; Khitarishvili, 1997). Além disso, eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, aumentam os riscos percebidos pelos credores. Pesquisa da ABMRA (2024) aponta que 24% dos produtores identificam o clima como sua principal preocupação, seguidos por pragas (11%) e falta de mão de obra qualificada (11%).

Por fim, a assimetria de informações também compromete a adoção de práticas sustentáveis no agronegócio. Muitos produtores desconhecem os benefícios e custos dessas iniciativas devido à falta de apoio governamental e treinamentos, enquanto linhas de crédito existentes raramente atendem às necessidades de investimentos de longo prazo. Esse cenário limita inovações que poderiam aliar produtividade e sustentabilidade (BNDES, 2020).

1.3 GESTÃO DE RISCO DO PRODUTOR

O gerenciamento de risco na agricultura desempenha um papel crucial na estabilização da renda dos produtores, minimização dos impactos de eventos inesperados e proteção contra potenciais ameaças individuais e de mercado. A variabilidade nas atitudes e capacidades dos agricultores em relação ao risco inviabiliza a aplicação de uma abordagem padronizada, demandando uma adaptação que considere as condições e características específicas de cada produtor. Embora o risco não possa ser eliminado, ele pode ser gerenciado para que se busque a combinação mais eficiente entre risco e retorno, de acordo com a capacidade de cada produtor em enfrentar cenários incertos.

Para a mitigação de riscos, a gestão é estruturada em quatro etapas fundamentais. Inicialmente, é necessário identificar as fontes potenciais de risco, como variações de preço, pragas, produtividade e escassez de mão de obra. Em seguida, avaliam-se as probabilidades de ocorrência desses riscos e os impactos associados, tais como a redução na renda e o declínio na produção. A terceira etapa envolve a escolha de uma estratégia que otimize a relação entre o nível de risco e o retorno esperado, incorporando práticas como controle de pragas, desenvolvimento de planos de produção ou a adoção de tecnologias agrícolas. Finalmente, a gestão de risco requer o planejamento para riscos futuros, de modo a mitigar os efeitos negativos após a ocorrência de condições adversas (Huirne, 2000). Contudo, observa-se que, frequentemente, os agricultores adotam uma postura reativa ao risco, respondendo apenas a eventos ocorridos, em vez de planejarem preventivamente.

O gerenciamento de risco inicia-se no nível micro, dentro da própria fazenda, onde os agricultores podem adotar estratégias como diversificação de produção horizontal e vertical, práticas agrícolas resilientes, escolha de cultivos e animais adaptados ao ambiente local, implementação de medidas sanitárias rigorosas e investimento em infraestruturas preventivas, como redes anti-granizo e sistemas de irrigação sustentáveis. Além disso, o seguro privado para proteção de culturas e rebanhos, juntamente com instrumentos de mercado, como contratos, derivativos e hedge, são ferramentas eficazes para mitigação de riscos comerciais. O apoio público, através de programas de educação e iniciativas de redução de assimetrias informacionais, também desempenha um papel relevante para fortalecer essas estratégias (Cordier, 2014).

Em um nível macro, o gerenciamento de risco agrícola envolve políticas que buscam fortalecer a resiliência dos agricultores, garantir redes de segurança para resposta a desastres naturais e assegurar a estabilidade de renda no setor agrícola, conforme estabelecido pela Comissão Europeia (2017).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, fundamentada em revisão de literatura acadêmica e publicações especializadas. Conforme Gil (2019, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores”. Essa abordagem foi escolhida devido à relevância atemporal do tema já que a assimetria de informação e as estratégias de gestão de risco no crédito rural são questões recorrentes que impactam diretamente o desenvolvimento do setor agrícola.

De acordo com Marconi e Lakatos (2021, p. 66), “toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, independentemente dos métodos ou técnicas empregadas.” A metodologia incluiu a análise de artigos científicos, relatórios institucionais e publicações especializadas, priorizando fontes teóricas e práticas. Bases como *Scopus*, *Web of Science* e SciELO foram utilizadas, com palavras-chave como “crédito rural”, “gestão de risco”, “assimetria de informação”, “seguro rural” e “fundos mútuos”.

O estudo utilizou a análise dos riscos agrícolas, baseada na classificação da OECD (2009), que categoriza os riscos em normais (frequentes e de menor impacto), negociáveis (menos frequentes, com maiores perdas) e catastróficos (raros e sistêmicos). Essa estrutura permitiu relacionar cada tipo de risco às estratégias de mitigação propostas, como educação financeira, fundos mútuos e seguros rurais.

QUADRO 1 - Ferramentas de Gerenciamento de Risco, abordagem holística

Risco	Características	Ferramentas de Gestão de Risco	Classificação
Normal	Ocorre com, frequência, com poucos danos	Educação financeira, Poupança, Normas (qualidade), Diversificação	Estratégias na Fazenda
Negociáveis	Menos frequente, mas com maiores perdas	Contratos futuros, Seguro privado, Fundos mútuos não subsidiados.	Ferramentas de Mercado
Catastrófico	Raro, mas com grande dano e caráter sistêmico	Seguro Rural, Fundos mútuos, Ferramenta de estabilização de renda, Medidas de mercado, Auxílio do governo para desastres.	Políticas Ex Ante e Ex Post

FONTE: OECD (2011)

Com base nessa estrutura, foram analisadas três estratégias principais de gestão de risco: educação financeira, como ferramenta essencial para aprimorar o planejamento e o controle interno dos produtores frente a riscos normais; fundos mútuos, como solução para compartilhamento de perdas em riscos negociáveis e catastróficos; e seguros rurais, que oferecem proteção direta contra riscos catastróficos, como eventos climáticos extremos.

Os estudos revisados indicam que a assimetria de informação é uma constante prejudicial no setor agrícola, limitando a capacidade dos produtores de gerenciar riscos de forma eficaz. Produtores com menor acesso a informações de mercado e políticas públicas enfrentam maiores perdas, devido à falta de proteção contra oscilações de preços e eventos climáticos adversos. Diferentes categorias de risco – mercado, produção, financeiro, institucional, humano e tecnológico – interagem, aumentando a volatilidade da renda agrícola. Essa volatilidade ou baixos níveis de renda restringem o fluxo de caixa dos produtores e, em casos extremos, podem levar à insolvência.

A análise evidenciou o papel essencial das ferramentas de gestão de risco para reduzir a vulnerabilidade do setor rural. No capítulo seguinte, são apresentados os resultados teóricos obtidos, explorando como essas estratégias podem contribuir para um sistema de crédito rural mais eficiente, acessível e sustentável.

3 RESULTADOS EM FOCO: AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS PARA MITIGAR A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO NO CRÉDITO RURAL

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2024), a assimetria de informação entre produtores rurais e instituições financeiras representa um desafio expressivo para o agronegócio brasileiro, especialmente no âmbito da concessão de crédito. A limitada compreensão dos produtores sobre sua própria realidade financeira (Silva, 2021) impede uma tomada de crédito consciente e uma gestão eficiente dos recursos, gerando, consequentemente, uma desconfiança por parte dos credores e reduzindo a oferta de crédito disponível para o setor.

Essa assimetria de informação decorre da dificuldade dos credores em avaliar com precisão o risco associado ao financiamento de produtores que, por sua vez, carecem de ferramentas adequadas para demonstrar sua real situação financeira. Sem uma gestão de risco efetiva, os produtores perdem acesso a oportunidades de financiamento que poderiam potencializar sua produção e rentabilidade.

Uma alternativa promissora para mitigar essa assimetria é a implementação de uma gestão de risco estruturada voltada aos produtores rurais. Medidas como o uso de seguro rural, a criação de fundos mútuos e a promoção de educação financeira podem contribuir para o fortalecimento da saúde financeira dos produtores, tornandoos mais confiáveis aos olhos das instituições financeiras e facilitando o acesso ao crédito.

3.1 SEGURO RURAL

O seguro rural protege os produtores contra perdas climáticas e oscilações de mercado permitindo maior estabilidade e acesso ao crédito. Esse mecanismo oferece uma segurança financeira para o produtor, garantindo a continuidade de suas atividades mesmo diante de adversidades. No Brasil, o seguro rural é regulamentado pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse programa visa incentivar o uso de seguros entre os produtores, oferecendo subsídios que reduzem os custos do prêmio pago pelo agricultor para a contratação do seguro.

De acordo com o MAPA, o seguro rural protege diversas culturas agrícolas, além de atividades de pecuária, aquicultura, florestas e agricultura familiar. O funcionamento do seguro rural consiste na contratação de uma apólice que cobre uma série de riscos, como secas, chuvas excessivas, geadas, granizo e outros eventos adversos que possam afetar a produção. Assim, caso ocorra uma perda significativa, o produtor recebe uma indenização que ajuda a mitigar o impacto financeiro, mantendo a viabilidade do negócio.

No Brasil, os dados do MAPA mostram que o seguro rural tem se consolidado como uma ferramenta eficaz para a sustentabilidade do agronegócio. Em 2022, mais de 193 mil apólices de seguro rural foram contratadas, cobrindo 22,4 milhões de hectares de produção. O valor total das apólices chegou a R$27,8 bilhões, o que demonstra o crescente uso da ferramenta pelos produtores brasileiros. Esses números mostram a eficácia do seguro rural em proteger a produção agrícola nacional, que enfrenta riscos climáticos e de mercado constantemente.

Em uma comparação internacional, segundo Santeramo (2018), o seguro rural tem sido amplamente adotado em países europeus como Bélgica, França, Hungria e Itália. Na União Europeia, os melhores programas de seguro rural estão na França, Espanha e Itália, que oferecem modelos bem desenvolvidos para proteger os produtores de riscos climáticos e de mercado. Esses países apresentam um histórico de implementação bem-sucedida do seguro rural, com programas que são adaptados às realidades locais e garantem uma proteção robusta para o setor agrícola.

Essa experiência internacional, somada ao sucesso crescente do seguro rural no Brasil, demonstra o papel crucial dessa ferramenta na gestão de risco no agronegócio. Ao adotar o seguro rural, os produtores brasileiros não apenas garantem a proteção contra perdas imprevisíveis, mas também aumentam sua capacidade de obter crédito, visto que a presença de um seguro eficaz reduz os riscos percebidos pelos credores.

3.2 FUNDOS MÚTUOS

Os fundos mútuos agrícolas, sustentados por contribuições anuais dos produtores, representam uma estratégia essencial de gestão de risco, ao criar uma reserva financeira autossustentável. Diferentemente dos seguros, esses fundos não transferem o risco para uma entidade privada; em vez disso, promovem uma abordagem coletiva, na qual os agricultores compartilham tanto a responsabilidade quanto a propriedade do fundo. Em países europeus, quando eventos adversos afetam mais de 30% da produção agrícola – incluindo desastres climáticos, pragas, doenças ou acidentes ambientais –, os produtores são compensados pelas perdas, fornecendo uma cobertura financeira independente de seguradoras (Comissão Europeia, 2017).

Na Itália, Países Baixos, Romênia e França, os fundos mútuos têm sido fundamentais na mitigação de riscos no agronegócio. Um exemplo é o fundo francês *Fonds national agricole de Mutualisation Sanitaire et Environnementale* (FMSE), criado para apoiar agricultores em situações sanitárias e ambientais adversas. Embora a União Europeia subsidie esses fundos pelo Art. 38, algumas dificuldades persistem em certos países devido à limitada liderança dos sindicatos agrícolas e à cooperação reduzida com ministérios da agricultura.

No Brasil, a utilização de fundos mútuos no agronegócio ainda é incipiente, mas oferece potencial significativo, especialmente para pequenos e médios produtores, que enfrentam dificuldades de acesso ao crédito e proteção contra riscos (Miranda, 2017). A criação de um fundo mútuo agrícola poderia mitigar os impactos de eventos climáticos extremos, doenças e outras ameaças à produção, promovendo proteção de receitas por meio de investimentos em seguros agrícolas, títulos do agronegócio e derivativos climáticos (BACEN, 2021). Em cenários de alta volatilidade, essa estrutura facilitaria o acesso a financiamento com juros competitivos, ao compartilhar riscos entre investidores.

Tais fundos seriam particularmente vantajosos em regiões brasileiras sujeitas a riscos climáticos elevados, como o Centro-Oeste e o Nordeste, onde secas intensas e oscilações de safra comprometem a estabilidade econômica dos produtores. Adicionalmente, a adaptação dos fundos a culturas e regiões específicas pode fornecer suporte adequado e assegurar a estabilidade da renda agrícola.

Contudo, a implementação de fundos mútuos no Brasil encontra desafios, especialmente pela carência de educação financeira entre produtores rurais, que frequentemente desconhecem a complexidade desses instrumentos financeiros. Ainda assim, as perspectivas para o setor são promissoras, especialmente com o avanço de tecnologias e ferramentas de gestão de risco. O uso de big data e inteligência artificial pode

melhorar a precisão de previsões climáticas e a otimização de carteiras de investimento, tornando os fundos mútuos mais atrativos para produtores e investidores (Santos, 2020).

A viabilização dessa estratégia no Brasil requer maior articulação entre sindicatos de agricultores, cooperativas e o Ministério da Agricultura. A criação de um fundo mútuo nacional demanda regulamentação específica e incentivos governamentais, como subsídios ou isenções fiscais, para incentivar a participação dos produtores. Como observado na Europa, o sucesso dessa iniciativa depende da liderança de organizações agrícolas, fortalecendo o caráter coletivo da gestão de risco e incentivando a colaboração entre agricultores.

3.2.1 Estudo do fundo mútuo rabo *farm impact fund*

Criado em 2014 pelo Rabobank, uma das maiores instituições financeiras voltadas ao setor agrícola, o Rabo Farm Impact Fund foi desenvolvido com o objetivo de investir em propriedades agrícolas sustentáveis em mercados emergentes, promovendo a segurança alimentar global e incentivando práticas que beneficiam o meio ambiente (Rabobank, 2015). Esse fundo destina recursos para agricultores na América Latina, Europa Oriental e África, com foco em aumentar a produtividade agrícola e proteger o meio ambiente por meio de práticas regenerativas, redução de emissões de carbono e otimização da eficiência hídrica.

A estratégia diversificada do Rabo Farm Impact Fund, que inclui investimentos em terras agrícolas, práticas regenerativas e infraestrutura de apoio, permite uma diluição de riscos associados às oscilações dos preços das commodities agrícolas e às condições climáticas que influenciam diretamente a produção (Rabobank, 2016). Além disso, o fundo adota uma política rigorosa de gestão de riscos, utilizando ferramentas como hedge financeiro e derivativos climáticos para mitigar riscos de eventos climáticos adversos e flutuações abruptas nos preços das commodities (Ferreira, 2019).

Entre 2014 e 2019, o fundo apresentou um desempenho significativo, com uma taxa média de retorno anual superior a 8% e um investimento de mais de 500 milhões de euros em projetos agrícolas sustentáveis que impactaram diretamente cerca de 50.000 hectares de terras agrícolas (Rabobank, 2019). Destaca-se o impacto do fundo na América Latina, particularmente no Brasil e na Argentina, onde financiou práticas agrícolas mais sustentáveis, promovendo a recuperação de áreas degradadas e a adoção de tecnologias agrícolas que aumentaram a produtividade e reduziram a dependência de insumos químicos (Almeida, 2020).

O *Rabo Farm Impact Fund* exemplifica como fundos mútuos podem ser eficazes no setor agrícola, equilibrando retornos financeiros sólidos com impactos socioambientais positivos. A experiência do fundo mostra que iniciativas de crédito agrícola sustentáveis e com gestão de risco robusta podem contribuir para resolver desafios do agronegócio, como o acesso a crédito para pequenos e médios produtores e a necessidade de práticas agrícolas mais sustentáveis.

3.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO PRODUTOR

A educação financeira vem se destacando como essencial para a sustentabilidade dos produtores agrícolas em um cenário de incertezas e riscos inerentes à atividade. Estudos recentes indicam que o desenvolvimento de competências financeiras nos produtores pode mitigar os efeitos das oscilações do mercado e das variações climáticas, promovendo uma gestão mais eficiente e facilitando o acesso ao crédito. A falta de conhecimento sobre instrumentos financeiros e a pouca percepção da própria realidade econômica têm limitado a oferta de crédito ao setor, intensificando as dificuldades enfrentadas pelos produtores.

Produtores de pequeno e médio porte enfrentam um contexto de alta volatilidade financeira e climática, onde fatores externos, como políticas governamentais e variações de mercado, impactam diretamente suas operações. A análise de Cruz e Silva (2021) destaca que a ausência de práticas consistentes de educação financeira resulta em má alocação de recursos e endividamento elevado. Segundo esses autores, “a falta de planejamento adequado e o desconhecimento sobre instrumentos de proteção financeira, como seguros agrícolas e derivativos, restringem o potencial de crescimento sustentável do setor.”

Barbosa e Souza (2019) definem educação financeira como o processo de aquisição de habilidades para decisões informadas sobre o uso de recursos financeiros, uma necessidade acentuada no contexto agrícola. Para os produtores, a educação financeira é uma ferramenta de empoderamento, permitindo uma compreensão mais clara dos fluxos de caixa, a avaliação precisa de custos e retornos, e negociações mais eficazes com instituições financeiras. Como apontam Rodrigues e Almeida (2022), “a educação financeira aplicada ao setor agrícola melhora a capacidade de planejamento dos produtores, facilitando o controle da variabilidade das receitas em períodos de safra e entressafra.”

A implementação de programas de educação financeira voltados aos produtores agrícolas teria impacto significativo na condução de seus negócios. A gestão financeira aprimorada contribui para a estabilidade dos negócios, reduzindo os impactos das variações típicas do setor. Oliveira *et al*. (2023) observam que “produtores com uma educação financeira mais robusta são mais propensos a buscar ferramentas de gestão de

risco, como fundos mútuos e seguros agrícolas, o que fortalece sua credibilidade junto às instituições financeiras."

Ademais, a educação financeira transcende a gestão diária das finanças, abrangendo a capacidade de tomar decisões estratégicas que favoreçam a saúde financeira de longo prazo. Lemos (2021) ressalta que "produtores financeiramente preparados tendem a diversificar suas fontes de financiamento, evitando endividamento excessivo e desenvolvendo mecanismos para lidar com as flutuações sazonais de caixa." Esse preparo aprimora a avaliação de crédito pelos bancos, que passam a ver os produtores como agentes mais seguros e organizados.

Programas de educação financeira podem ainda incluir o uso de tecnologias para otimizar o controle financeiro, como softwares de gestão agrícola, que possibilitam o monitoramento de receitas, despesas e fluxos de caixa em tempo real. A digitalização das operações financeiras traz maior transparência e eficiência à gestão agrícola, segundo Costa e Mendes (2020), promovendo o controle econômico dos produtores e aprimorando suas condições de negociação com os credores.

3.4 PONTOS CRÍTICOS DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCO

As estratégias de gestão de risco no agronegócio brasileiro — seguro rural, fundos mútuos e educação financeira — têm grande potencial para mitigar os riscos setoriais. Contudo, sua implementação enfrenta desafios que limitam a eficácia, especialmente para pequenos e médios produtores. O seguro rural, regulamentado pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), protege contra eventos climáticos e oscilações de mercado, mas depende de subsídios governamentais, tornando-o vulnerável a cortes orçamentários. Além disso, sua cobertura é limitada em culturas e regiões, enquanto o alto custo e a burocracia restringem o acesso dos pequenos produtores, que muitas vezes desconhecem seus benefícios.

Os fundos mútuos agrícolas oferecem uma alternativa de gestão coletiva de risco, como ocorre na França e Itália, mas sua implementação no Brasil esbarra na falta de liderança e cooperação institucional, além da baixa familiaridade financeira entre os produtores. A ausência de regulação clara e incentivos governamentais dificulta o desenvolvimento dos fundos, especialmente em regiões vulneráveis como o Centro-Oeste e o Nordeste.

A educação financeira dos produtores é fundamental para a efetividade dessas estratégias. A falta de conhecimento financeiro reduz o acesso ao crédito e aumenta o endividamento, comprometendo a sustentabilidade do setor. Programas de educação financeira poderiam

ajudar os produtores a gerir melhor seu fluxo de caixa e a explorar ferramentas como seguros e fundos mútuos, mas precisam ser adaptados às necessidades regionais do Brasil.

Assim, a eficácia das estratégias de gestão de risco no agronegócio brasileiro depende de uma articulação entre governo, sindicatos e cooperativas, da criação de um ambiente regulatório adequado e da promoção de capacitação financeira. Esses elementos são cruciais para garantir a sustentabilidade e resiliência do agronegócio diante das incertezas climáticas e de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assimetria de informações no crédito rural brasileiro é um obstáculo significativo ao financiamento agrícola, prejudicando tanto a obtenção de crédito pelos produtores quanto a confiança dos credores. A falta de transparência sobre a realidade financeira de pequenos e médios produtores gera desconfiança, limitando a oferta de crédito essencial para a modernização e sustentabilidade das operações agrícolas. A inadimplência reflete essa assimetria, destacando a necessidade de intervenções que promovam equilíbrio entre credores e tomadores.

Dentre os mecanismos analisados, o seguro rural e os fundos mútuos se destacam como soluções eficazes para mitigar riscos. O seguro rural oferece proteção contra intempéries e oscilações de mercado, garantindo a continuidade das atividades. No entanto, sua cobertura limitada e dependência de subsídios governamentais reduzem sua eficácia, principalmente entre pequenos produtores. Ampliar o acesso ao seguro rural é crucial, incluindo estratégias para sua sustentabilidade financeira.

Os fundos mútuos agrícolas, amplamente utilizados na Europa, representam uma alternativa promissora para o gerenciamento coletivo de riscos, compartilhando responsabilidades entre produtores e reduzindo a dependência de subsídios governamentais. No Brasil, porém, sua implementação enfrenta desafios, como baixa articulação entre cooperativas, falta de regulação e baixa educação financeira. Incentivos governamentais e campanhas de conscientização são essenciais para viabilizar essa estratégia.

A educação financeira é outro ponto fundamental, capacitando os produtores a gerenciar recursos e riscos, melhorando sua relação com instituições financeiras. Programas específicos para o setor podem fortalecer a confiança dos credores e promover um ambiente de crédito mais equilibrado. Além disso, a adaptação de estratégias regionais, considerando desafios específicos do Nordeste e do Centro-Oeste, pode ampliar a eficácia das políticas de crédito rural.

Este estudo destaca que a redução da assimetria de informações no crédito rural requer esforços coordenados entre governo, instituições financeiras e produtores. Políticas públicas, como marcos regulatórios para fundos mútuos e seguros rurais, e parcerias público-privadas são essenciais para criar um sistema de crédito mais justo e eficiente. A mitigação da assimetria de informações é essencial para promover um setor mais inclusivo e sustentável.

Para futuras pesquisas, recomenda-se explorar o impacto de tecnologias como *big data, blockchain* e inteligência artificial na gestão de riscos e crédito rural. Essas inovações podem aumentar a transparência e reduzir a assimetria de informações. Além disso, avaliar como a viabilidade de fundos mútuos digitais e os efeitos da educação financeira em comunidades agrícolas específicas pode contribuir para estratégias mais eficazes, fortalecendo o sistema de crédito rural e promovendo um crescimento sustentável no agronegócio brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Carlos. Impacto dos Fundos de Investimento no Agronegócio Sustentável: Lições da Experiência Internacional**. Revista Brasileira de Agroecologia**, [s.l.], v. 12, n. 2, 2020.

ARAÚJO, Ulisson Melo. **Assimetria de informação no crédito rural: aspectos teóricos e um modelo para classificação do risco dos créditos concedidos a cooperativas agropecuárias.** Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **MCR – Manual de Crédito Rural**. Brasília, DF: BCB, 2024. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/mcr. Acesso em: 18 dez. 2024.

BARBOSA, L.; SOUZA, F. **Educação financeira:** Uma ferramenta para a gestão de negócios. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2019.

BARROS, Patrícia Martins de; OLIVEIRA, Sérgio Ricardo de. Estratégias de gestão de risco no setor agrícola: revisão de literatura e aplicação no contexto brasileiro**. Journal of Agribusiness Studies**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 120-139, 2018.

BOHÁČIKOVÁ, Andrea; BENCOVÁ, Tatiana; RÁBEK, Tomáš. Comparison of public risk management tools in Slovak agriculture. **SHS Web of Conferences**, [s.l.], v. 92, 2021.

CASTRO, César. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe.** Brasília: IPEA, 2024.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do Agronegócio Brasileiro:** Relatórios. Piracicaba: Esalq/USP, 2024. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em: 18 dez. 2025.

CORDIER, Jean. **Comparative analysis of risk management tools supported by the 2014 Farm Bill and the CAP 2014-2020**. European Parliament. Strassburg: Parlement Européen, 2014.

CRESOL. **Tudo que você precisa saber sobre o crédito rural**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-credito-rural/. Acesso em: 18 dez. 2025.

CRUZ, M.; SILVA, P. Desafios na gestão financeira do agronegócio. **Revista Brasileira de Gestão Financeira**, [s.l.], v. 12, n.3 p. 78-92, 2021.

DIAS, G.L.S. O crédito rural em um contexto de estabilização macroeconômica. In: SEMINÁRIO NACIONAL: AS DIFÍCEIS OPÇÕES DE FINANCIAMENTO RURAL. **Anais...** Belo Horizonte, 1992. 7p.

EUROPEAN COMMISSION. **Modernising and simplifying the CAP: background document economic challenges facing EU agriculture**. Brussels: European Commission, 2017.

FERREIRA, Marcos Antônio. **Gestão de Riscos em Fundos de Investimento no Setor Agrícola.** São Paulo: Saraiva, 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O perfil da agricultura brasileira:** suas principais tendências e implicações para o treinamento dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Agrícolas, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

HOFF, Karla; STIGLITZ, Joseph Eugene. Introduction: Imperfect information and rural credit

markets: puzzles and policy perspectives. **The World Bank Economic Review/ Oxford Academic**, Oxford, v. 4, n. 3, set. 1990.

HUIRNE, Ruud *et al*. Risk and risk management in agriculture: an overview and empirical results. **International Journal of Risk Assessment and Management**, v. 1, n. 1-2, p. 125-136, [s.l.], 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017:** Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

IOANNIDOU, V.; *et al.* O uso de garantias e o problema da seleção adversa. **Journal of Financial Economics**, [s.l.], v. 125, n. 1, p. 95-110, 2022.

JACOBS, C. Ferramentas de Gerenciamento de Risco no Agronegócio Europeu. In: **Agricultural Risk Management Tools and Applications**, 2012. p. 21.

LEMOS, C. Educação financeira e acesso ao crédito: Uma análise do setor agrícola. **Revista de Finanças Rurais**, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 23-39, 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (MAPA). Departamento de Gestão de Riscos. **Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural: relatório 2022**. Brasília, DF: MAPA, 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021.

MIRANDA, Fábio. **Inclusão Financeira no Agronegócio Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2017.

OLIVEIRA, M.; SANTOS, R.; ALMEIDA, D. Gestão de risco e educação financeira no agronegócio**. Revista de Economia e Finanças**, [s.l.], v. 14 n. 1, p. 99-115, 2023.

PEDERSON, Glenn; KHITARISHVILI, Tamar. Challenges of agricultural and rural finance in CEE, NIS and Baltic Countries. **Center of International Food and Agricultural Policy**, St. Paul, dez.1997.

PAVANINI, N.; *et al*. Risco moral e a concessão de crédito rural. **Economics of Agriculture**, [s.l.], v. 110, n. 3, p. 75-90, 2022.

RABOBANK. **Rabo Farm Impact Fund:** Annual Report 2015. Utrecht: Rabobank, 2015.

RABOBANK. **Rabo Farm Impact Fund:** Strategic Overview and Performance. Utrecht: Rabobank, 2016.

RABOBANK. **Sustainable Investments in Agriculture:** A Global Overview. Utrecht: Rabobank, 2019.

SANTIAGO, M.M.D.; SILVA, V. A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. **Agricultura em São Paulo**, [s.l.], v. 46, n. 2, 1999.

SANTOS, Ana Paula. Tecnologia e Gestão de Riscos no Agronegócio: O Papel dos Fundos Mútuos. **Revista de Economia Rural**, [s.l], v. 58, n. 2, 2020.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de Crédito: Segmento: Empresas, Pessoas Físicas, Varejo, Agronegócio e Pecuária.** 6 ed. Barueri: Atlas, 2015; Grupo GEN, 2015.

SILVA, Pedro Henrique Braz. TCC. Universidade de Brasília, 2021.

SOUZA, P.; HERSCHMANN, A.; ASSUNÇÃO, J. Crédito agrícola no Brasil: desafios e distorções. **Climate Policy Initiative,** [s. l], p. 35-47, 2020.

STIGLITZ, Joseph. E.; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. **The American Economic Review,** [s.l], v. 71, n. 3, p. 393–410, 1981.

VERA, Alba Castañeda; COLMENERO, Alberto Garrido. Evaluation of risk management tools for stabilising farm income under CAP 2014-2020**. Economía agraria y recursos naturales**, [Valência], v. 17, n.1, p. 3-23, 21 jun. 2017.